

**Disputas epistêmicas nas universidades brasileiras e o debate em torno das
“Epistemologias do Sul”¹**

**Luana Hanaê Gabriel Homma²
Maria Gabriela S.M.C. Marinho³**

Este trabalho discute como o pensamento do intelectual português Boaventura de Sousa Santos tem sido introduzido nas esferas universitárias brasileiras, especialmente suas formulações em torno das chamadas Epistemologias do Sul. Nesse sentido, parte da compreensão de que as universidades se caracterizam, em princípio, como um dos lócus de produção científica e assumem também a condição de difusoras do que se convencionou denominar “ciência moderna”, um tipo de saber dominante e que se reconhece como universal. Por outro lado, as universidades podem também abrigar em suas estruturas o debate e a mobilização em torno de um pensamento e uma prática que sejam críticas ao viés do saber universal. Nessa perspectiva, considera as disputas epistêmicas como parte dos embates sociais em torno a democratização da produção e acesso ao conhecimento.

Apesar dos cursos de ensino superior no Brasil datarem o século XVI, a universidade como tal é uma instituição bastante recente no país, que tem em sua gênese uma concepção elitista, visando a construção de cargos burocráticos e a ilustração da elite (CUNHA, 2007). A universidade, uma das instituições responsáveis pela produção e divulgação de conhecimento, é ainda parte das instituições que garantem o direito fundamental à educação, disposto na Constituição Federal Brasileira de 1988. Após o fim

¹ GT1: Descolonizando as ciências sociais: desafios teórico-metodológicos do século 21

² Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do ABC (UFABC). Graduada em Políticas Públicas pela Universidade Federal do ABC (UFABC). E-mail: luana.homma@ufabc.edu.br

³ Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Professora pela Universidade Federal do ABC (UFABC). E-mail: gabriela.marinho@ufabc.edu.br

da ditadura militar, são conquistados avanços sociais, garantidos constitucionalmente. No entanto, a racionalidade científica se mantém valorizando uma forma de saber em detrimento de outras, dando centralidade ao pensamento matemático, rompendo com o senso comum e fechando as portas para outras formas de saber.

Sendo a proposta da universidade moderna a produção de “um conhecimento superior, elitista, para o ministrar à uma pequena minoria” (SANTOS, 1989, p.37), sua legitimidade não havia sido duramente questionada até o crescimento dos movimentos sociais e suas gradativas e consideráveis conquistas, que trouxeram para o âmbito do Estado as políticas sociais, por exemplo, com o Estado de Bem-Estar Social. Com a ampliação do conceito dos direitos e com as conquistas no âmbito dos direitos sociais, passa-se a questionar a exclusão de grupos sociais na universidade, sendo a busca por esta não apenas visando excelência, mas também “a procura de democracia e de igualdade” (SANTOS, 1989, p.38). Evidencia-se, então, a dificuldade da instituição universitária em oferecer ambos os pontos, trazendo soluções que mantêm sua concepção elitista, dividindo os estudantes de acordo com a posição social através do curso, de sua finalidade, etc.

Santos (1989) traz a necessidade não apenas de uma maior comunicação externa da universidade, saindo da “torre de marfim”, mas também de uma democratização interior da universidade (docentes, pesquisadores, discentes e funcionários em diferentes estágios da carreira) para constituir uma força capaz de alterar as exigências de avaliação, de forma que esta seja realizada de forma justa, capacitando efetiva autonomia de pensamento e produção acadêmica.

Neste sentido, uma democratização efetiva depende da consideração de outras racionalidades, outras epistemologias, notadamente de grupos socialmente excluídos, mulheres, negros, indígenas, migrantes, etc. Assim, as disputas epistêmicas se dão neste panorama, de uma universidade produtora de ciência moderna, nos moldes tradicionais, com um permanente embate de grupos sociais, políticos e acadêmicos na busca de uma ressignificação dessa Universidade. Boaventura indaga sobre as bases sociais do

conhecimento e afirma que “a universidade será democrática se souber usar o seu saber hegemônico para recuperar e possibilitar o desenvolvimento autônomo de saberes não-hegemônicos, gerados nas práticas das classes sociais oprimidas e dos grupos ou estratos socialmente discriminados” (SANTOS, 1989, p. 56). A partir de tais premissas, busca-se analisar como tem se constituído a interlocução dessa perspectiva crítica com a ensino acadêmico em universidades brasileiras e suas inter-relações com os debates em torno dos conceitos de pós-colonialidade e decolonialidade, neste trabalho tendo como caso a ser estudado a Universidade Federal do ABC.

A Universidade Federal do ABC

A escolha da UFABC como caso específico a ser estudado se dá por esta ser uma universidade criada por pressão dos movimentos sociais da região do ABC paulista, voltada para se debruçar sobre questões do século XXI. A Universidade Federal do ABC nasce como uma universidade voltada para a área tecnológica, mas com cunho interdisciplinar. Com 4 anos de existência cria-se um curso também interdisciplinar de Ciências e Humanidades.

Convém explicitar uma breve trajetória da Universidade Federal do ABC. Desde os anos 1960 os movimentos sociais da região do ABC paulista lutam por receber uma universidade pública na região. Os movimentos se constituem tanto da juventude, de professores do ensino básico e superior, quanto de operários, prefeitos e sociedade civil, como coloca Oliveira (2010). Ainda é importante recordar que em 1998 a COPEA (Coordenação de Programas de Estudos Avançados da UFRJ), redige o Manifesto de Angra, que conta com a assinatura do futuro reitor da UFABC Luís Bevilacqua, e passa a integrar o documento da ABC Subsídios para a reforma do ensino superior, que também baseia a criação da Universidade Federal do ABC (OLIVEIRA, 2010).

A lei 11.145/2005, de criação da Universidade Federal do ABC é aprovada pelo Congresso Nacional em 2005, e sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A universidade se inicia com o curso de Bacharelado em Ciência e Tecnologia, em 2006, em

Santo André e em Maio de 2010 se inicia a turma do curso de Bacharelado em Ciências e Humanidades, no campus provisório de São Bernardo do Campo (OLIVEIRA, 2010). Como coloca Oliveira (2010), desde o primeiro vestibular, a Universidade Federal do ABC estabelece o regime de cotas para alunos egressos de escolas públicas, incluindo, dentre estas, vagas para estudantes pretos, pardos e indígenas. Hoje a universidade conta com 13.410 alunos de graduação.

Assim, apesar de seu modelo voltado para a área de tecnologia, sendo sua criação uma luta dos movimentos sociais a Universidade Federal do ABC demonstra grande potencial no sentido de ser uma instituição com a preocupação desde o princípio em ser uma universidade inclusiva, garantindo qualidade de ensino, pesquisa e extensão, respondendo às demandas da sociedade. Como tal, busca-se observar se este potencial tem se realizado também na democratização dos diferentes saberes nesta instituição.

Compreende-se a importância do tripé ensino-pesquisa-extensão, esta análise se foca, no entanto, apenas no ensino, em torno dos projetos pedagógicos dos cursos da Universidade Federal do ABC. Nos projetos pedagógicos avalia-se a consideração de autores que pensam a colonialidade nas ementas de disciplinas, especialmente Boaventura de Sousa Santos.

Disputas epistêmicas na Universidade Federal do ABC

Em análise dos ementários dos cursos de Ciências Humanas e Sociais da universidade, visualiza-se alguma incidência de conhecimentos do Sul, notadamente com foco em Brasil e América Latina, mas ainda pequeno em relação aos autores do Norte. Para a integralização do curso de Ciências e Humanidades são necessários 190 créditos. Dentre eles 71 em disciplinas obrigatórias, 81 em disciplinas de opção limitada, e 38 em disciplinas livres, sendo também obrigatórias 120 horas em atividades extras (onde se incluem atividades de pesquisa, extensão e cultura). Entre as disciplinas obrigatórias para este curso, que constam no Plano Pedagógico, em nenhuma das ementas constam textos do autor Boaventura de Sousa Santos. É importante lembrar que a autonomia do docente

Anais Eletrônicos do Congresso Epistemologias do Sul v. 2, n. 1, 2018.

é respeitada, e muitas vezes o debate das Epistemologias do Sul pode ser tratado em disciplinas como Ciência, Tecnologia e Sociedade, por exemplo.

Entre os cursos específicos, pós-bacharelado Interdisciplinar (Bacharelados em Políticas Públicas, Relações Internacionais, Planejamento Territorial, Filosofia ou Ciências Econômicas, ou Licenciatura em Filosofia), tem-se seis disciplinas, de quatro créditos, com Boaventura de Sousa Santos como referência em suas ementas, sendo 5 do curso de Políticas Públicas e 1 do curso de Relações Internacionais. Outros autores aparecem em outras disciplinas, notadamente Enrique Dussel nos cursos de Filosofia (Bacharelado e Licenciatura), e Stuart Hall no curso de Políticas Públicas. É interessante notar como uma disciplina que engloba os autores que tratam de questões pós-coloniais (Dussel, Fanon, Mbembe, Spivak, e Santos e Meneses), Opção Limitada da Licenciatura em Filosofia ainda não foi ofertada para os alunos.

Pode-se observar que há uma disputa na construção dos currículos dos cursos de ciências sociais e humanidades da universidade, uma vez que tais disciplinas estão em uma universidade voltada para ciência moderna e tecnologia. Observa-se 18 disciplinas em um rol de 1166 disciplinas, dentre elas as dos cursos do Bacharelado de Ciência e Tecnologia (que tem como pós Bacharelados Interdisciplinares: oito Engenharias, quatro Licenciaturas e seis Bacharelados). Além disso algumas disciplinas possuem questões que concernem às Epistemologias do Sul, como migrações, questões raciais e de gênero, apesar de não adotarem em seu referencial teórico nenhum autor pós-colonial/decolonial, sendo a inclusão da disciplina Estudos Étnico-Raciais, em 2015, uma conquista no sentido de avançar na democratização da universidade.

Referências

CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade temporã: o ensino superior, da Colônia à Era Vargas*. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

OLIVEIRA, Gustavo Adolfo Galati de. *Interdisciplinaridade e inclusão social no processo de implantação da Universidade Federal do ABC*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010.

Anais Eletrônicos do Congresso Epistemologias do Sul
v. 2, n. 1, 2018.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação.
Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Da Ideia de Universidade à Universidade de Ideias. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 27/28, Coimbra, 1989.